

Atenção resgatada

Dimas Ramalho

A promulgação da lei que proibiu o uso de telefones celulares nas escolas brasileiras, no início de 2025, marcou uma mudança expressiva na rotina e na dinâmica de convivência dentro das salas de aula do país. A medida, afinal, interveio diretamente no microcosmo do cotidiano escolar e nos hábitos das famílias, disposta a enfrentar o desafio da dispersão digital.

Em um debate tensionado por paixões ideológicas e relatos anedóticos, oscilando não raro entre o alarmismo tecnofóbico e o deslumbramento digital, o recurso a dados e estudos robustos surge como um esteio indispensável para qualificar a gestão pública nesse campo.

É sob essa ótica que ganham relevância as pesquisas coordenadas pela Universidade Stanford, por meio do Centro Lemann e da iniciativa Equidade.info. Ao cruzar a percepção direta da comunidade escolar com uma avaliação do impacto causal nos resultados acadêmicos, os estudos revelam que o veto aos aparelhos não se apoia em mero moralismo, mas em uma política com efeitos mensuráveis na qualidade do ensino.

O primeiro estudo consistiu em um amplo diagnóstico nacional realizado entre fevereiro e julho de 2025. Baseado em entrevistas presenciais com mais de 3 mil estudantes, professores e diretores das redes pública e privada, o levantamento mostrou que 83% dos alunos notaram uma melhora direta na própria capacidade de atenção durante as aulas. O dado demonstra que, na visão dos próprios jovens, o smartphone funcionava como um elemento de distração constante, cuja remoção liberou um espaço cognitivo vital para o aprendizado.

A estratificação dos dados revela que os desafios crescem à medida que os alunos avançam nos ciclos escolares. Enquanto nos primeiros anos do Ensino Fundamental o ganho de concentração atingiu impressionantes 88%, no Ensino Médio o índice recua para 70%. Essa clivagem se acentua quando se observa o cumprimento da norma: apenas 2% das crianças menores admitiram burlar o veto, em contraste com 55% dos adolescentes que confessaram manter o uso velado do aparelho.

O diagnóstico é claro: quanto mais consolidado o hábito digital e maior a autonomia do estudante, mais porosa se torna a eficácia da norma jurídica, o que exige das direções estratégias pedagógicas de convencimento que ultrapassem a mera punição burocrática.

A retirada abrupta dos smartphones expôs a vulnerabilidade psicológica da juventude diante do ecossistema digital. Durante os intervalos, 44% dos estudantes manifestaram um tédio acentuado, enquanto metade dos

professores (49%) notou uma alta visível na ansiedade dos alunos. Ao confiscar a distração, o veto deixou exposto um vazio comportamental. Como observa o pesquisador brasileiro Guilherme Lichand, coordenador da pesquisa de Stanford, o cenário exige que a escola reinvente o recreio com propostas culturais e esportivas que devolvam sentido à convivência presencial.

Fora do campo das percepções subjetivas, a segunda e mais recente pesquisa do grupo traz o veredito das evidências causais.

Analisando o caso pioneiro do Rio de Janeiro –que restringiu o uso dos aparelhos gradualmente a partir de 2023–, os pesquisadores cruzaram o histórico de testes padronizados de alunos do Ensino Fundamental II. Eles contrastaram o desempenho dos colégios que já barravam os celulares por iniciativa própria com o daquelas instituições que mantinham diretrizes tolerantes. O objetivo era isolar o impacto real da lei, medindo se o salto de rendimento seria mais expressivo nas unidades submetidas ao choque mais drástico de mudança.

O resultado foi inequívoco: o grupo que se adaptou sob a força da nova regra deu um verdadeiro salto de rendimento. As notas avançaram 13,4% em língua portuguesa e impressionantes 25,7% em matemática em relação ao grupo de controle. Ao isolar as variáveis externas, o estudo provou que o distanciamento das telas impulsiona diretamente o aprendizado.

Em última análise, a grande lição desses indicadores é que o veto ao celular no ambiente escolar não encerra uma crise, mas inaugura uma profunda reestruturação pedagógica. Trata-se de um desafio comunitário que exige estreitar os laços no convívio analógico e apoiar o bem-estar psíquico dos estudantes. Respalado por evidências empíricas sólidas, o debate sobre educação e tecnologia ganha a maturidade necessária para entender que blindar a sala de aula é, fundamentalmente, salvaguardar o futuro.

Dimas Ramalho é vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.